

PROPOSTA

Conforme a RESOLUÇÃO Nº 085/2007 – CONEPE- 31/08/2007

REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE PESQUISA E MUSEU DE CÁCERES

Na pessoa institucional do Prof. Dr. Elias Januário, na Sala de Sessões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em Sinop-MT, em 31 de agosto de 2007, é aprovada a Resolução 085/2007, que disciplina a Política de Pesquisa da UNEMAT, na forma que especifica nos **Títulos I, II e III**- da conceituação da pesquisa; da organização da pesquisa; da efetivação da pesquisa e do Título IV, Cap. I da Organização e Funcionamento dos Centros de Pesquisa, a Coordenadoria do Centro de Pesquisa e Museu de Cáceres apresentam esta minuta de anteprojeto de regimento interno, nos termos que seguem:

ART. 1º - Elaborar o Regimento Interno do CPeM, na forma do Parágrafo único, do ART. 20, da Resolução 085/2007.

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as constantes no Regimento Interno, submetido à apreciação e devolvido à Coordenação do CPeM, através do Ofício nº 09/2008/PRPPG/CP, de 23 de abril de 2008.

ART. 3º Este regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Regimento do Centro de Pesquisa e Museu de Cáceres

TÍTULO I

Da natureza jurídica, ética e finalidades:

Art. 1º - O Centro de Pesquisa e Museu de Cáceres, doravante chamado CPeM, é uma unidade acadêmica, constituída como colegiado independente e de múnus público, pluri e transdisciplinar, de caráter educativo, ético, consultivo, deliberativo, de ensino, de pesquisa e de extensão da pesquisa, que foi instituído pela Resolução 00/2005, de fevereiro de 2005-CONEPE, e de acordo com o que dispõe a Resolução nº 085/2007-CONEPE - vinculado aos órgãos internos da instituição de sustentação, de incentivo e fomento à pesquisa.

§ 1º O CPeM tem por finalidade identificar, definir e analisar as questões éticas e educativas implicadas nas pesquisas científicas que envolvam indivíduos e/ou coletividades humanas;

§ 2º compete ao CPeM fazer a avaliação ética e educacional dos projetos de pesquisa, desenvolvidos pelos núcleos e grupos de pesquisa ligados ao CpeM, zelando para que estes estejam em conformidade com os padrões éticos,

metodológicos e científicos reconhecidos, habilitando-os para a difusão social das ciências e da tecnologia.

§ 3º Os projetos de pesquisa do CPeM já submetidos à análise e avaliação dos colegiados competentes dos Departamentos de Curso aos quais os pesquisadores, grupos e núcleos de pesquisa estão vinculados; e em fase de execução devem ser apresentados ao CPeM nos termos dos Títulos II, III da Resolução 085/2007- CONEPE.

§ 4º O CPeM é diretamente vinculado PRPPG e ao Campus Universitário de Cáceres que lhe assegurará os meios adequados para seu pleno e adequado funcionamento.

Art. 2º No desempenho de suas atribuições legais, o CPeM deverá emitir pareceres sobre os aspectos éticos e educativos das atividades de pesquisa envolvendo seres humanos, prevendo e analisando o impacto de tais atividades de pesquisa sobre o bem-estar geral e os direitos humanos de indivíduos e populações envolvidas e/ou interessadas na pesquisa, bem como avaliando o impacto destes estudos nas relações ambientais.

§ Único: O CPeM deverá desempenhar também papel consultivo e educativo, de modo a fomentar a reflexão ética sobre a pesquisa científica contemporânea, desenvolvida no Estado de Mato Grosso, abrindo parceria de trabalho de pesquisa com outros estados e países.

TÍTULO II

Da Organização e Funcionamento

Art. 3º O CPeM terá a seguinte estrutura organizacional:

- I. Coordenadoria
- II. Conselho Superior

Art. 4º O CPeM é constituído por uma Coordenadoria e um Conselho Superior do Centro de Pesquisa, com número não inferior a 03 (três) membros, observando-se o **Art. 21**, da Resolução Nº 085/2007- CONEPE- escolhidos entre pesquisadores pertencentes às áreas afetas ao CPeM, que desenvolvem atividades por meio de projetos, núcleos e grupos de pesquisa, que fazem parte do corpo docente da UNEMAT, com experiência comprovada em pesquisa.

§ 1º - Os membros devem ser funcionários da Instituição sendo considerados membros internos.

§ 2º- Para ter valor deliberativo, qualquer decisão deverá ser tomada na presença da maioria simples dos membros efetivos ou pelo menos 2/3 dos membros.

§ 3º- O CPeM deverá contar com consultores “ad hoc”, pertencentes ou não a núcleos e grupos de pesquisa da instituição com a finalidade de fornecer subsídios técnicos para análise de projeto específico.

§ 4º- No caso de pesquisas envolvendo grupos vulneráveis, comunidades e coletividades, o CPeM poderá convocar, como membro “ad hoc” , um representante de tais grupos para participar da análise do projeto específico.

§ 5º- Nas pesquisas que envolvam população indígena deverá participar da análise do projeto específico um consultor familiarizado com os costumes e tradições da comunidade.

TÍTULO III

Do Funcionamento

Art. 5º O **CPeM** tem sede em edifício próprio, onde funciona o Centro de Pesquisas e Museu, localizado no Campus da Universidade do Estado de Mato Grosso, cidade Universitária, Cáceres - MT

Art. 6º Os coordenadores do **CPeM** reunir-se-ão ordinariamente uma vez por mês para avaliação dos projetos e empreendimentos sócio-culturais que foram submetidos e estão sendo desenvolvidos, no período entre uma reunião e outra e aqueles que estiverem em pendência, cujo prazo de execução ainda não tenha escoado.

Parágrafo Único – Para validade das deliberações da reunião faz-se necessário o número máximo dos membros presentes em primeira convocação e 1/3 (um terço) dos membros em segunda convocação, sendo acatadas as decisões da maioria dos presentes.

Art. 7º O CPeM poderá ser convocado extraordinariamente pela Coordenação ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, por motivo relevante, devendo seus membros serem avisados com antecedência mínima de 3 (três) dias, mediante comunicação escrita, contendo a pauta da reunião.

Art. 8º O CPeM deverá protocolar os projetos de pesquisa recebidos para análise e decisão das implementações de ação de extensão destes projetos, segundo a sua ordem de chegada e procedimentos de atualização de dados de execução, mantendo-os em arquivo virtual, adequado à preservação do sigilo necessário e da divulgação educativa de seus dados e informações.

§ 1º O pesquisador responsável disponibilizará a cópia do projeto em CDR, no formato PDF, escrito em português, com a folha de rosto constando a aprovação do CONEPE devidamente preenchida.

§ 2º - O CPeM deverá no prazo máximo de 60 (sessenta) dias emitir parecer acerca do projeto apresentado seguindo as regras constantes deste Regimento e na forma exigida pela Resolução 085/2007-CONEPE.

§ 3º Os projetos aprovados e em desenvolvimento e seus respectivos relatórios de execução, deverão ser apresentados em formato PDF e mantidos por 5 (cinco) anos contados da data da avaliação do estudo e da pesquisa, depois enviados ao arquivo morto.

TÍTULO IV

DA COORDENADORIA

Art. 9º - O coordenador do CPeM, nomeado em primeira instância pelo Reitor, exercerá a coordenação executiva do centro, atuando e respondendo em áreas

específicas de pesquisa.

§ 1º - O mandato do Coordenador é de 4 (quatro) anos, permitindo-se uma recondução sucessiva.

§ 2º - O Coordenador será auxiliado pelo Vice-presidente do Conselho Superior, que o substituirá em suas faltas e impedimentos e terá atribuições por ele designadas.

Art. 10º - Compete ao Coordenador:

- I. Exercer a direção executiva do CPeM e a supervisão de todas as suas atividades;
- II. Convocar e presidir o Conselho Superior;
- III. Acompanhar os projetos e trabalhos do CPeM, no sentido de propiciar a realização da programação aprovada;
- IV. Cumprir e fazer cumprir este Regimento e as deliberações do Conselho Superior;
- V. elaborar o relatório bienal das atividades do Centro.
- VI. submeter ao Conselho Superior:
 - a. os planos de atuação do Centro;
 - b. as propostas orçamentárias e as prestações de contas;
 - c. as propostas de estabelecimento de convênios e contratos de serviços;
 - d. o relatório bienal.
- VII. tomar medidas que se fizerem necessárias "ad referendum" do Conselho Superior em casos de urgência ou em época de recesso.
- VIII. exercer as demais atribuições inerentes às funções de coordenador do CPeM.

Art. 11 - No caso de vacância do cargo de Coordenador, por qualquer motivo, ele será substituído pelo Vice-presidente do Conselho Superior que assumirá a coordenação e, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, será elaborada uma nova eleição pelos membros do Conselho CPeM, para substituição.

TÍTULO V

DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 12 - O Conselho Superior, órgão deliberativo superior do CPeM, é constituído pelos coordenadores de Núcleos, Líderes de grupos de pesquisa vinculados ao Centro de pesquisa.

§1º - O Conselho terá como presidente o coordenador do centro e 01 (um) vice-presidente, que na ausência ou impedimento do coordenador, exercerá a coordenação.

§2º - O vice-presidente será indicado pelo presidente.

Art. 13 - O mandato para os membros do Conselho Superior será de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução.

§ 1º – As decisões do Conselho serão registradas em súmula, aprovada em reunião subsequente.

§ 2º - Perderá o mandato:

- a) o membro que perder o pressuposto de sua investidura;
- b) o membro que faltar a três reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justo, a juízo do Conselho.

Art. 14 - O Conselho Superior reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por 1/3 dos seus membros.

§ 1º - As reuniões ordinárias serão abertas e divulgarão informações e decisões aos demais pesquisadores.

§ 2º - A convocação da reunião será feita por escrito, com pelo menos quatro dias úteis de antecedência.

§ 3º - As deliberações só serão tomadas com a presença de 2/3 de seus membros.

§ 4º - Nas deliberações do Conselho, o Coordenador, seu Presidente, terá apenas o voto de desempate.

§ 5º - Na ausência ou impedimento do Presidente, a presidência será exercida pelo Vice-presidente e na ausência deste, por um membro indicado entre os seus pares presentes.

§ 6º - Resolver casos omissos neste Regimento.

Art. 15 - Compete ao Presidente do Conselho:

- I. representar o Conselho;
- II. convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- III. exercer, nos casos de empate, o voto de qualidade;
- IV. decidir nos casos de urgência, a indicação de consultores;
- V. cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho e dos órgãos superiores da UNEMAT;
- VI. convocar e presidir eleições regulamentares no âmbito do CPEDA;
- VII. indicar o Vice-Presidente

Art. 16 - Compete ao Vice-Presidente do Conselho:

- I. Substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

TÍTULO VI

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 17 - Compete ao Conselho Superior:

- I. estabelecer e manter as diretrizes gerais e as linhas de atuação do CPeM;
- II. discutir, promover e consolidar as linhas de pesquisas do Centro, de acordo com as áreas e subáreas de conhecimento do CNPq, em consonância com as demandas provenientes das atividades de pesquisa dos departamentos, núcleos e grupos de pesquisa;
- III. zelar pelo bom andamento e pela qualidade dos trabalhos realizados pelo Centro;
- IV. aprovar os planos diretores e os planos anuais de atuação do Centro;
- V. julgar os recursos a ele interpostos e deliberar sobre os casos omissos neste Regimento, desde que, pela sua natureza, não sejam de competência de outros órgãos da UNEMAT;
- VI. modificar o presente regimento, por deliberação de 2/3 de seus membros, submetendo-o à aprovação das instâncias competentes da UNEMAT;
- VII. aprovar o organograma técnico e administrativo do CPeM;
- VIII. analisar e emitir parecer sobre os relatórios bienais das atividades do

Centro e encaminhá-los à instância superior.

- IX. organizar e conduzir o processo eleitoral para escolha do coordenador a cada triênio ou em caso de vacância;
- X. aprovar em nível de sua competência:
 - a. o orçamento e as prestações de contas do CPeM;
 - b. as propostas gerais de estabelecimento de convênios e contratos de serviços e/ou pesquisas com outras Instituições;

TÍTULO VII

Do Coordenador/diretor

Art.18 - Compete ao Coordenador/diretor:

- a) convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias, e coordenar os trabalhos;
- b) indicar um representante em caso de ausência deliberada;
- c) indicar membros para funções ou tarefas específicas;
- d) submeter à apreciação da Coordenação as propostas de admissão de membro *ad hoc*, de novos membros ou desligamento de membros da Coordenação;
- e) representar o CPeM ou indicar representantes.

TÍTULO VIII

Dos coordenadores

Art. 19 Compete a cada coordenador:

- a) substituir o Coordenador/diretor nas suas ausências e impedimentos;
- b) auxiliar o Coordenador/diretor em suas tarefas;
- c) desempenhar tarefas que lhe sejam confiadas pelo Coordenador/diretor.

TÍTULO IX

Do Secretário Geral e Técnico-administrativo

Art.20 Compete ao Secretário Geral e técnico -administrativo:

- a) executar as tarefas que lhe forem atribuídas pela Coordenação;
- b) supervisionar os serviços administrativos executados na Secretaria;
- c) supervisionar os atos, notas oficiais, convites, atas e convocações, dando-lhe a necessária divulgação;
- d) supervisionar, juntamente com o Coordenador, a redação de toda a correspondência e documentação expedida;
- e) secretariar as reuniões da Coordenadoria;
- f) supervisionar todo o material a ser despachado pela Coordenação;
- g) executar e supervisionar, juntamente com o secretário técnico, todas as ações técnico-administrativas do CPeM.

TÍTULO X

Da Coordenação Geral

Art. 21 - Compete aos membros da Coordenação Geral

- a) Apresentar o organograma semestral das atividades referentes à difusão científica e tecnológica dos projetos de pesquisa relacionados à sua área de atuação, e em desenvolvimento na Instituição;
- b) Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;
- c) Eleger o Coordenador/diretor;
- d) Referendar as indicações do Coordenador/diretor para as demais funções da Coordenação;
- e) Elaborar e enviar à Coordenação Geral parecer dos projetos sob sua análise, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, identificando com clareza o ensaio, os documentos estudados, a metodologia adotada, e ponderando as questões éticas envolvidas, dentro das diretrizes vigentes;
- f) Confirmar presença às reuniões ou eventos relativos ao CPM e justificar ausência com antecedência de pelo menos 3 dias;
- g) Indicar à Coordenação membros “ad hoc”, na forma do previsto neste regimento e nas normas próprias;
- h) Apreciar o Relatório de Atividade Geral e o Planejamento de atividades futuras previstas para divulgação e exposição pública dos Projetos de Pesquisa em desenvolvimento;
- i) Sugerir à Coordenação as medidas que julgar necessárias para o bom funcionamento dos trabalhos.

Art. 22- O mandato dos membros do CPeM está filiado aos projetos de desempenho acadêmico sob os critérios do CNPq na divulgação da pesquisa, das ciências e da tecnologia, constante no plano anual de ação acadêmico-pedagógica da pesquisa e da extensão.

TÍTULO XI

Das atribuições do CPeM

Art. 23 - Ao CPeM compete a avaliação de todos os protocolos de publicidade de ética na pesquisa a serem desenvolvidos no CPeM, enquanto locus de divulgação dos resultados de atividades Científicas e tecnológicas que envolvem seres humanos.

Parágrafo Único - Cada protocolo deverá ser analisado por no mínimo um membro do CPeM, devendo o parecer definitivo ser deliberado durante a reunião mensal, sendo a seguir assinado e encaminhado pela Coordenação para execução.

Art. 24 - Compete ao CPeM emitir parecer por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após recebimento do protocolo de pesquisa.

Art. 25 - A revisão de cada protocolo culminará com seu enquadramento em uma das seguintes categorias:

a) *aprovado*, quando o protocolo de pesquisa preencher todas as condições de eticidade requeridas;

b) aprovado e encaminhado, com o devido parecer, conforme o que dispõe os Títulos I e II da Resolução 085/2007, do CONEPE.

c) com pendência, quando o protocolo de publicidade de ética na pesquisa for considerado em princípio aceitável do ponto de vista ético, havendo, porém, sido identificados problemas no protocolo, no formulário de consentimento ou em ambos, recomendando-se revisão específica, modificação ou informação relevante, a ser atendida pelo pesquisador responsável no prazo de 30 (sessenta) dias;

d) não aprovado, quando o protocolo ferir os aspectos éticos vigentes, referenciados a grupos sociais e coletividade;

e) retirado, quando, transcorrido o prazo de revisão do protocolo de publicidade de ética na pesquisa, permanecendo este “com pendência”.

Art. 26 - O CPeM poderá acatar dos participantes da pesquisa ou de qualquer outra parte, denúncias ou notificação de abusos ou outros fatos adversos que possam alterar a boa condução, e divulgação da pesquisa, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da mesma.

Parágrafo único - Em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética, o CPeM requererá à direção da unidade ou à Reitoria a instauração de sindicância e, quando cabível, comunicará os fatos a outras instâncias competentes da instituição.

TÍTULO XII

DO PATRIMÔNIO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Art. 27 – O patrimônio do CPeM será constituído:

- I. pelas dotações de bens móveis e imóveis;
- II. por doações, auxílios, subvenções e legados que lhe venham a ser feitos;
- III. por bens e direitos que venha a adquirir.

Art. 28 – Os recursos financeiros necessários à manutenção dos projetos de pesquisa do CPeM poderão ser obtidos:

- I. através de convênios ou contratos com órgãos ou entidades governamentais, não-governamentais e instituições privadas para desenvolvimento e execução de pesquisas de interesse científico-social;
- II. através de contratos de prestações de serviços dentro de sua área de atuação;
- III. por doações, legados e heranças destinados a apoiar suas atividades;
- IV. por subvenções sociais que lhe forem transferidas pelo Poder Público;

- V. por contribuições voluntárias dos associados;
- VI. por outros que porventura lhe forem destinados.

Art. 29 – Para a execução de seus objetivos o CPeM, obedecidas às normas vigentes da UNEMAT, poderá:

- I. propor contratos e outros instrumentos similares, participar de ações públicas com instituições públicas e privadas nacionais e/ou internacionais objetivando a execução, divulgação de resultados de projetos de pesquisa;
- II. implementar políticas de integração com universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior;
- III. implementar ações junto a organizações públicas e/ou privadas, nacionais ou internacionais, para obtenção de incentivos financeiros ou fiscais e financiamentos para captação de outras espécies de recursos, objetivando a divulgação e popularização das ciências e da tecnologia;
- IV. promover e apoiar a realização de cursos, seminários, simpósios e encontros que permitam a integração do CPEDA com entidades afins e a difusão de resultados de pesquisas desenvolvidas.

TÍTULO XIII DA PESQUISA

Art. 30 - O CPeM, através de seu conselho, convidará os grupos e núcleos de pesquisa da UNEMAT, que poderão contribuir no desenvolvimento dos projetos de divulgação e popularização das ciências e da tecnologia, no âmbito de sua atuação.

Art. 31 - Para se vincular ao CPeM, o pesquisador deverá integrar-se a um grupo ou núcleo de pesquisa em andamento no Centro, apresentando projeto de pesquisa detalhado, em que conste a fonte de financiamento e acompanhado do Currículo Lattes atualizado do pesquisador.

Parágrafo Único: A participação do pesquisador no CPeM deverá ser aprovada pelo Conselho Superior.

Art. 32 - O CPeM poderá receber pesquisadores de outras Instituições de Pesquisa, IES e de Institutos afins da UNEMAT, por decisão do Conselho Superior e respeitadas as normas da Universidade.

Art. 33 – O CPeM deverá oferecer incentivos e condições para receber alunos de Graduação, em programas de bolsa de Iniciação Científica e de extensão universitária, e participar de jornadas em Grupo de Estudos, oferecidos pelos Núcleos Pesquisa vinculados ao Centro.

TÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34 – As atividades desenvolvidas no CPeM não isentarão o pesquisador de suas obrigações acadêmicas na sua unidade de origem e não acarretarão prejuízo dos direitos e garantias inerentes ao cargo que ocupa.

Art. 35 – O CPeM apoiará, através de suas instalações físicas e equipamentos, os Departamentos de Curso do Campus Universitário de Cáceres, na execução de aulas práticas voltadas para o desenvolvimento, difusão e popularização de projetos de pesquisa implementados pelo departamento.

§ 1º - Os Chefes dos Departamentos dos cursos deverão apresentar a cada início de semestre a solicitação e programação de uso a fim de que a coordenação do CPeM possa viabilizar a melhor forma de atendimento aos mesmos.

§ 2º - Os materiais de consumo necessários à realização dos eventos de divulgação e popularização das pesquisas serão de responsabilidade dos respectivos departamentos.

TÍTULO XV

Disposições gerais e transitórias

Art. 36 - O presente Regimento é complementado por normas internas, instruções e outros atos regulamentares e institucionais que forem expedidos pelas autoridades competentes.

Art.37 - O presente Regimento Interno do CPeM somente poderá ser alterado por proposta de pelo menos 2/3 (dois terços) dos seus membros.

Art. 38 – A primeira avaliação do desempenho dos membros coordenadores do CPeM expirará em 30 dias após a aprovação deste regimento.

Art. 39 - Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pela Coordenação Geral do CPeM.

Cáceres, 29 de maio de 2008.

Coordenação do CPeM.